

NO LANÇAR DOS DADOS: SUJEITOS AMBIVALENTES E FRONTEIRAS IMAGINADAS EM ERASMO LINHARES

Fadul Moura (UEA/UFAM)*

RESUMO:

Este trabalho tem por objetivo analisar as formas de controle encontradas na malha textual elaborada por Erasmo Linhares no livro de contos intitulado *O tocador de charamela* (2005). Para alcançar o proposto, selecionou-se o conjunto de textos *Jogo de dados*, em que a tríade de contos encena o mecanismo da linguagem controladora na figura de um dado. Os conceitos-chave para a análise serão o *sujeito*, de Hall, o *limite* e a *fronteira*, de Hissa, e *ambivalência*, de Bauman. Com eles pretende-se esclarecer as formas de controle que o conto manifesta não só em sua estruturação, como também em seu narrador.

Palavras-chave: Linguagem – Controle – Sujeito – Ambivalência – Erasmo Linhares

ABSTRACT:

This work intends to analyze the forms of control found in the textual fabric produced by Erasmo Linhares storybook titled *O tocador de charamela* (2005). To achieve the proposed, we selected the set of texts *Jogo de dados*, where the triad of narratives enacts the mechanism of controlling language in a given figure. The key concepts for the analysis will be the *subject*, of Hall, the *limit* and the *boundary*, of Hissa, and *ambivalence*, of Bauman. With them intended to clarify the forms of control that the tale manifests not only in its structure but also in its narrator.

Keywords: Language – Control – Subject – Ambivalence – Erasmo Linhares

SUJEITO EM TRAJETÓRIA

Ao observar a trajetória do sujeito descrita por Stuart Hall em *A identidade cultural na pós-modernidade* (2006), torna-se evidente a escritura de um processo que vai desde o nascimento até a morte. Depreende-se do trajeto de análise por ele descrito o seguinte ponto: a construção do sujeito moderno sempre se realiza através de seu contato com um outro, seja esse um desdobramento projetável seu, seja, de fato, algo distinto, fisicamente, de si. À luz desse apontamento, procura-se tornar clara a dicotomia interior *versus* exterior, que se apresenta como forma de construção de processos de identificação contínua com elementos desses âmbitos. Essa dualidade, de um lado, corrobora a ideia de segregação do sujeito, que, nesse caso, parte-se em dois. De outro, possibilita a margem para pensar se há algo que pode interligar os planos distintos. Todavia, esse elemento de conexão deve ser diferente do sujeito, posto que o último é construído pela relação entre aqueles *espaços* mencionados.

Dizendo de outro modo: a presença do sujeito implica na existência de probabilidades que se entrelaçam na medida em que ele age diante de qualquer caso. Dessa maneira, são combinadas possibilidades com outras, de mesma ordem ou não, a fim de compor um trajeto de construção. O elemento que interliga esses planos, por sua vez, possui uma característica móvel, flutuante, a qual perpassa não somente os sujeitos e as coisas, mas também delimita a todos, designando seus espaços, ordenando-os quando, assim, convier. Esse elemento nada mais é que a linguagem, a qual, vista dessa forma, expressa duas noções que aqui serão trabalhadas: trata-se das ideias de *limite* e de *fronteira*.

Neste trabalho, o que se pretende aduzir é o movimento da linguagem sobre e com o sujeito, encarando-a como instrumento de delimitação de espaços fronteiriços, tendo em mente que àquela também é inerente a *ambivalência* apontada por Zygmunt Bauman em *Modernidade e ambivalência* (1999). Visando a esse objetivo, este estudo será pautado na tríade de contos intitulada *Jogo de dados*, de Erasmo Linhas, encontrada no livro *O tocador de charamela* (1979). A escolha foi feita pelo fato de que, nesses textos, ocorre um diálogo em que apenas a voz do narrador é evidente, uma vez que as falas das outras personagens não são apresentadas no decorrer do conto. É pelo discurso do narrador que torna-se possível ao leitor, em alguns casos, completar o supostamente dito. Em outras palavras: na realização da linguagem abre-se o texto para que o narrador exponha os fatos (isso acontece porque o próprio narrador é a modalização da linguagem em ato); da mesma forma, também está aberto um espaço para que o leitor confira continuidade e sentido.

FRONTEIRAS, LIMITES: PODER

Ao traçar suas considerações sobre *limite* e *fronteira*, Cássio Eduardo Viana Hissa (2002) estabelece uma aproximação dos dois conceitos e mostra que eles se interpenetram. Para o autor, o limite é uma “linha abstrata” utilizada pelo sujeito como elemento de demarcação de um território, enquanto a fronteira é um espaço também abstrato, imaginado. O limite marca o fim de um território, expressando a distância, a segregação, a divisão *entre* lugares. A fronteira, em contrapartida, marca o início de um novo espaço, na medida em que elabora uma forma de integração do conhecido com outro, geralmente desconhecido por aquele que está no território da demarcação, o que quer dizer – em outras palavras – que ela ergue uma zona de encontro e câmbio. Em ambos os casos, tanto o limite quanto a fronteira depende de um sujeito que os estipule, isto é, cada delimitador irá assumir o espaço desejado

por aquele que o institui, sendo esse espaço físico ou não. Conforme Hissa, “[...] os olhos inventam os limites: descobrem limites naturais, desenhados geométrica e espontaneamente. [...]” (HISSA, 2002, p. 23), atribuindo significados à medida que lança a olhar de determinada perspectiva. Isso quer dizer que um vale pode ser um limite natural, da mesma maneira que pode ser encarado como ponte fronteiriça. O autor continua, afirmando que “[t]ais significados dependem dos olhos do homem e da sua cultura. [...] [o delimitador] É abstração do olhar. É inquietação da visão. Não é, jamais, limite: pode ser visto a partir de um ângulo novo” (HISSA, 2002, p. 23). A negação de Hissa chama atenção o seguinte caso: a possibilidade de ser visto de um ângulo novo atribui aos delimitadores um ponto comum. Tanto um como o outro assumem uma característica flutuante, podendo, pela conveniência do observador: a) serem acionados para registrar no espaço a extensão identitária de um povo ou, ainda, de um único elemento; e b) simultaneamente, o mesmo movimento permite a elevação de uma membrana porosa, pela qual conseguem edificar pontos de identificação entre aqueles que se dizem distintos. Depreende-se, assim, que o olhar não é apenas o que abaliza, mas também é o que converge os traços compositores que são erigidos pelo lançamento oblíquo da perspectiva do sujeito.

Na esteira de Alfredo Bosi, em *Imagem e discurso*,

“[o] ser vivo tem, a partir do olho, as formas do sol, do mar, do céu. O perfil, a dimensão, a cor. A imagem é um modo da presença que tende a suprir o contato direto e a manter, juntas, a realidade do objeto em si e a sua experiência em nós. O ato de ver apanha não só a aparência da coisa, mas alguma relação entre nós e a essa aparência: primeiro e fatal intervalo. [...] (2000, p. 19)

Embora mantenha unidas experiência e realidade, o olhar não as funde. Nota-se que a aproximação transfere o que está no plano externo (o mar, o sol e o céu) para a esfera perceptiva do sujeito, sem que, em qualquer momento, misture os espaços interno e externo. Numa outra instância, cabe à imagem vista a função de ser aquela que cala a ordem verbal. Não é necessário que sejam ditas palavras que expliquem em um desenrolar de frases o que se quer expressar. A imagem condensa em sua apresentação o que é – e o que não é o sujeito – no momento em que o separa do visto (o perfil, a dimensão e a cor), ao passo que também são separadas dele as coisas.

Dessa maneira, o fatal espaço intervalar que é descrito por Alfredo Bosi corrobora a análise de Cássio Eduardo Viana Hissa no tocante a um tipo de espacialização que constrói, simultaneamente, tanto segregação quanto a aderência.

Essas considerações permitem que aqui se retorne a Hissa e se designe o limite como uma linha imaginariamente formada. E que, ao partir delas para pensar sobre a mobilidade da fronteira, encare-se que essa última se constrói também como espaço imaginário em que possibilidades podem ser realizadas. Estar na fronteira é diferente de estar no interior do território, pois essa se faz mais instável que aquele. O limite tem a pretensão de fixar estruturas no momento em que as distingue. Destarte, ele perfaz a ocorrência de um movimento de segregação. A fronteira, por sua vez, comporta-se de maneira inversa: em vez de fixar as estruturas, torna-as dinâmicas pela ausência de cortes que as segreguem. No processo de criação de ambos, eles se interpenetram, podendo haver um lugar em que haja uma fronteira e, concomitantemente, passar um limite. Essa articulação dada pela imaginação revela a mutabilidade de ambos devido ao seu caráter convencional: o sujeito observa a natureza e inventa, imaginariamente, demarcadores de espaços. Um rio pode ser considerado um divisor natural, mas antes disso, ele integra o espaço conjuntamente aos elementos que divide. A mudança de perspectiva faz com que ele deixe de ser um instrumento de segregação para tornar-se um lugar unificador. O sujeito confere significados às formas físicas e transpõe tais significados inventados para a rede social a qual faz parte com o objetivo de organizá-la. Ele executa esse ato por meio da linguagem, a qual passa a ser utilizada como manifestação e mediação de seu poder – entendo que em sua possibilidade de organização do mundo esteja concentrada a capacidade de instituição de uma ordem –, ao passo que também esteja transformando a palavra apresentada em “sua nascente e seu refúgio”; por sua vez, torna-se a linguagem “origem e refúgio do poder” (HISSA, 2002, p. 43).

Encetar limites e fronteiras passa a ser uma estratégia de manter o controle do poder. Para que possa controlá-lo, é necessário parti-lo. Destarte, a fragmentação que acontece com o sujeito moderno descrito por Stuart Hall acaba por ser um reflexo do tratamento dado à fragmentação do poder instituído. E a consequência disso é a própria cisão do controlador. Para corroborar essa ideia, fazem-se necessárias as considerações de Zygmunt Bauman, no que tangem ao controle e à fragmentação:

[...] [o]s poderes é que são fragmentados; o mundo, teimosamente, não o é. As pessoas permanecem multifuncionais e as palavras, polissêmicas. Ou melhor, as pessoas tornam-se multifuncionais por causa da fragmentação das funções; as palavras tornam-se polissêmicas por causa da fragmentação dos significados. [...] A contingência é descoberta no ponto em que muitos trabalhos fragmentários de determinação se encontram, se chocam e se emaranham. (BAUMAN, 1999, p. 21)

As palavras de Bauman elucidam um dado expresso na realidade: o mundo é o amálgama de tudo; sendo, portanto, uno, sem divisórias ou segregações. A separação é iniciada no momento em que começa a disputa pela ordem, isto é, pela atitude de exercer o controle. A linguagem, dessa forma, encontra-se como elemento a ser manuseado pelo sujeito. Se ele necessitar exercer a sua fragmentação, fragmenta-a com o objetivo de dar conta da realização de si pela palavra. A palavra é assumida como extensão de seus manuseios nos campos de significados que almeja alcançar, ou seja, ela transforma-se em um desdobramento em ato, estabelecendo as articulações do controle, também fragmentado na multifunções exercidas. No retorno para si, o sujeito recebe as palavras também transformadas, pois elas também são exercidas por outros no mesmo movimento. Logo, os encontros de possibilidades entrelaçam-se, erigindo uma gama interpretativa, uma espécie de limite-fronteira, em que as fragmentações nem sempre se aproximam de forma amena. Ao contrário, chocam-se em sistemas que se afirmam e se negam, compondo o emaranhado de identificações aglutinadas e/ou apartadas em níveis de ação do poder.

NO JOGO DO *TOCADOR*

O problema da demarcação de território consiste na possibilidade de o sujeito partido compreender o processo da cisão, caso apontado nos contos de Erasmo Linhares. O que ocorre em *Jogo de dados* é a revelação do limite imposto pelo campo simbólico e, por conseguinte, a atualização desse sistema. Ao escrever a nota sobre o significado de charamela posta no início da obra, Erasmo Linhares diz “É neste último o sentido do livro” (LINHARES, 2005, p. 25 – grifo meu). Nesse momento, o autor refere-se à comparação que inclui sua obra como uma “orquestra mais ou menos desafinada” (LINHARES, 2005, p. 25). Explicando de outro modo: o desafino da orquestra criaria um espaço prioritariamente oposto à ordem, uma vez que a desorganização dos tons realiza-se de forma dodecafônica, em resistência à harmonia que os tons deveriam possuir. O pronome jungido à preposição inventa um lugar imaginado, intermitente, por onde perpassa tanto a ordem quanto a desordem. A obra, enquanto forma de linguagem, já prenuncia o acionamento da fronteira, com sua finalidade plástica.

Observe este dado. Nele as possibilidades são rigorosamente equiprováveis para os seis lados. [...] O Número que define a equiprobabilidade dos elementos de um sistema. Coisa assim ou muito pior. Quando se trabalha

com as emoções humanas, só há uma constante – o fato da vida. As varáveis são infinitas e quase sempre aleatórias. (LINHARES, 2005, p. 29)

Evidencia-se que o número é o responsável pelas probabilidades múltiplas do sistema. O fato de serem equânimes é atualizado ao mencionar que, em cada lançamento, há possibilidades iguais de manifestação, porém, o mesmo número é relativizado quando o narrador transfere as características do objeto para a vida humana, uma vez que a quantidade de lançamentos e as formas de composição dos sujeitos são aleatórias.

A linguagem simbólica permite a identificação numérica com a realização das emoções humanas. Por exemplo: sempre elas irão se manifestar (o ódio é sempre o ódio, assim como amor também é sempre o amor). No entanto, as combinações para que elas se realizem também assumem o caráter numérico infinito, na medida em que extrapolam as possibilidades de combinações que sedimentam suas aparições.

Em *Jogo de dados*, o jogo realizado com os sujeitos também acontece com a linguagem: a probabilidade que os valores dos dados têm para que em cada lance saia uma face é a mesma. No momento em que uma delas é "dada", as outras são anuladas aparentemente. Dependendo da perspectiva, outra faceta tem a possibilidade de ser acionada. Sempre haverá, dessa maneira, o número máximo de um e o mínimo de seis – afinal, o dado do conto possui seis lados. Ao pensar em dois dados, esse espaço numérico se alarga, congregando uma relação proporcional que estará ligada à quantidade de dados (sujeitos) integrados num mesmo ambiente: dois dados, mínimo de dois; três, mínimo de três; quatro, mínimo de quatro, etc. A constante aqui é pensada como um *limite* que o dado-sujeito sempre obedece. A quantidade de lances, por sua vez, como uma *fronteira*, pois é mutável de acordo com o interesse do sujeito que observa a relação entre outrem.

A “mobilidade da fronteira” consiste em sua permutabilidade: por mais que as probabilidades sejam as mesmas para cada *face* do dado, é inerente a ele a instabilidade numérica para cada lançamento. No conto, somente há um dado físico, que tem suas propriedades transferidas para as personagens de forma simbólica. A partir disso, o dado pode ser pensado como o sujeito sociológico de Hall, isto é, um sujeito que se parte. Sendo fragmentando, ele pode se articular entre categorias possíveis. Isso ocorre, por que na fronteira, há o rompimento da barreira do *logos* enquanto universo fechado, pois, agora, uma consciência pode entrar em confronto com outra consciência, em razão de não estarem no âmbito de uma consciência universal. Na instituição do limite, todavia, ocorre a amarra das personagens.

A AMBIVALÊNCIA

No início de *Sena e duque*, o narrador expressa a mobilidade ao falar sobre as leis substantivas. Segundo seu discurso, as leis não são formas fixas devido aos adjetivos que aos substantivos são acoplados. O substantivo representa o sujeito, enquanto o adjetivo a maneira pela qual pode ser observado a partir da relação que estabelece com os outros. Nesse ínterim, ao sujeito é conferida a propriedade da *ambivalência* (BAUMAN, 1999). Para Bauman, a ambivalência é a “possibilidade de conferir a um objeto ou evento mais de uma categoria, é uma desordem específica da linguagem, uma falha da função nomeadora (segregadora) que a linguagem deve desempenhar” (BAUMAN, 1999, p.9). Em outras palavras: adjetivo altera a condição do substantivo sem transformá-lo em outro. Na sentença “o homem é alto”, o homem não deixa de ser homem devido à presença do adjetivo “alto”. Isso significa dizer que além da “condição de homem”, ainda é um homem alto. A ele são permitidos outros adjetivos, desde que não anulem a condição anterior.

Ao lidar com objetos no interior do sistema simbólico da linguagem, eles sempre serão considerados limitados, devido a suas possibilidades serem limitadas (uma mesa sempre será uma mesa, nunca uma caneta). Ao tratar de sujeitos, porém, a situação é diferente, uma vez que as variáveis são sempre infinitas. Um homem, por exemplo, pode assumir a condição de pai, de filho, de irmão. Cada uma das condições será atendida pela relação que ele estabelecer com a rede simbólica que o cerca.

Da mesma maneira, o detentor do discurso assume a posição de narrador ao mesmo tempo em que ocupa a posição de personagem no interior do texto. Como elemento pertencente à linguagem, o narrador denominaria as personagens, isto é, organizaria o enredo. Nomear é um ato que pressupõe ordenação e, concomitantemente, separação. Dar nome a algo é separá-lo das outras coisas. Dizer “isso é um lápis” é afirmar que não é uma borracha. O narrador do conto não tem o controle da linguagem, mas é cindido por ela ao dizer-se personagem. A organização do texto em tríade parte o sujeito-narrador, constituindo a estruturação que pelo leitor comporá a imagem de um dado. Os contos são intitulados *Sena e duque*, *Terno e quadra* e *Ás e quina*, ou seja, cada conto corresponde a uma dupla de quadrados (facetas) que compõe uma parte do dado. Sena e duque estão “ladeados” no objeto, assim como ás e quina. O conjunto que “atravessa” o dado, por assim dizer, é o formado por quadra e terno. No livro, em cada conto uma situação é posta: no primeiro a relação do sujeito

como um dado possível, em que, como já foi dito, as probabilidades do objeto são transferidas ao sujeito. No momento em que o dado é partido, o próprio sujeito também o é, tornando-se múltiplo pelas relações possíveis. No segundo conto, o conjunto de três dados (as três personagens) remontam uma parte da sociedade. O terceiro, por fim, encerra o jogo.

Observe o fragmento de *Terno e quadra*.

Olhe para os lados, para cima e para baixo, para onde quiser. De certa forma este ambiente é uma quadra. Cada lado é um quadrado – as facetas de um dado –, e nesta relação nós três, individual ou coletivamente, somos apenas um dado, no sentido de número, elemento. Observe bem: somos um terno. Que relação existe? Muitas e nenhuma, dependendo do juízo dos que forçam as convenções. E nós aqui somos uma convenção. Três unidades absolutamente distintas, mas enredados num juízo só, quando no dado, o terno nunca deixa de ser um terno, um todo indivisível. (LINHARES, 2005, p. 32)

Dá-se a *reconstrução* de um espaço social: primeiro observa-se o sujeito, sua construção, após isso, como esse sujeito cria laços com outros. A formação desses laços se faz em uma sociedade abstrata, portanto imaginada. De fato, eles estão aprisionados num espaço físico, mas essa figura ganha visão tridimensional interna ao se pensar que são três dados-sujeito que se constituem no interior de um dado-social maior. Assim, o que se apresenta é uma estrutura que transcende a esfera existencial e ganha um caráter político.

No excerto “[...] O que o senhor vê sobre o pescoço deste franzino jovem, não é uma cabeça, é um armazém – razão possível de seu martírio” (LINHARES, 2005, p.31), expressasse um pouco sobre época em que fora escrito o livro (durante a Ditadura Militar brasileira). Isso confere um tom mais forte no tange à questão dos limites. Numa época em que o controle necessita ser mantido, limites espaciais foram impostos a fim de que fossem estabelecidos limites não físicos. A medida política influencia de forma indireta na cisão do sujeito para que não haja reação desfavorável ao controlador. Um exemplo que ilustra tal situação – mesmo que não seja brasileiro – é a queda do Muro de Berlim. Mesmo após a destruição do objeto, ainda havia uma barreira cultural que mantinham as pessoas divididas. A tomada de consciência sobre esse processo de construção de limites demorou certo tempo para que fosse compreendida.

GAME OVER

O último conto da tríade é o texto responsável pelo fim do jogo dos dados humanos. Durante este trabalho, falou-se bastante em limites. De fato, são eles os mais latejantes no decorrer do conto. Entretanto, simultaneamente aos limites são criadas as fronteiras. As movimentações dessas é que permitem a compreensão do processo de estabelecimento de ambos. A ambivalência inerente à linguagem é encontrada no conto nas probabilidades dos dados-sujeito. Quanto mais eles são partidos, mais o poder se fragmenta, a fim de continuar controlando-os. Tais quebras originam estruturas menores. Para que o controle continue agindo sobre essas estruturas, é necessária maior precisão. Assim, “[a] luta contra a ambivalência é, portanto, tanto autodestrutiva quanto autopropulsora” (BAUMAN, 1999, p. 11). Esse atrito que a linguagem opera em si mesma, uma vez que ambivalência é uma falha da própria linguagem simbólica como forma de controle, é o que promove a ambiguidade. A impossibilidade da precisão expressa pela ambivalência não permite que tais níveis do sujeito sejam inalcançáveis.

Nos contos, essa impossibilidade se reflete no campo fronteiroço instituído pelo jogo. O jogo é o espaço no qual as probabilidades se fazem presentes, ou seja, é o espaço criado pelo narrador, forma de linguagem, em que se dá o movimento dinâmico dos significados. Assim, essa mobilidade da instituição do jogo não somente inventa um novo espaço, mas também atualiza o controle que se dá fora dele. Pensar em *game over* é pensar na atualização do sistema de controle, que se mostra falho devido à incompreensão da articulação do jogo com seu jogador. O sujeito torna-se tão ambivalente quando o jogo, posto que as propriedades do jogo são transferidas para o sujeito. Ao fim, a ambivalência das relações das probabilidades dos sujeitos aciona a necessidade do controle, construindo uma tensa relação entre caos e ordem que reiniciará todo o processo.

NOTA

* Mestrando do Programa de Pós-graduação em Letras e Artes da Universidade do Estado do Amazonas e Professor Auxiliar Nível 1, em caráter temporário, no Departamento de Língua e Literatura Portuguesa da Universidade Federal do Amazonas. Contato: faduldm@gmail.com.

REFERÊNCIAS:

BAUMAN, Zygmunt. A busca da ordem. In: *Modernidade e ambivalência*. Trad. de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. A construção social da ambivalência. In: *Modernidade e ambivalência*. Trad. de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1999.

BOSI, Alfredo. Imagem, discurso. In: *O ser e o tempo da poesia*. 6. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

LINHARES, Erasmo. *O tocador de charamela*. 3. ed. Manaus: Editora Valer, Governo do Estado do Amazonas, Edua, Uniorte, 2005.